

# A MATERNIDADE NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PATRIARCAL: O “AMOR MATERNO” COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

MOTHERHOOD IN THE CONTEXT OF PATRIARCHAL SOCIETY: THE “MATERNAL LOVE” AS A HISTORICAL CONSTRUCT

ÉRICA FERNANDA MOREIRA DIAS<sup>1</sup>

JOSIANE PERES GONÇALVES<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre as questões que envolvem a maternidade enquanto execução de uma função social delegada a mulher, por meio das convenções sociais estabelecidas no âmbito do patriarcado, que se utiliza da dominação simbólica invocada por Bourdieu, para entender as questões de gênero neste processo. O referencial teórico utilizado se baseia nos estudos de Badinter, Bourdieu, Lerner, Louro e Saffioti. A metodologia utilizada se configura como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, de natureza descritiva. Os resultados encontrados apontam para a importância existente na construção de papéis sociais marcados pela dominação simbólica masculina, que orientam as relações na sociedade patriarcal, num cenário em que são os homens que possuem o poder. Este fato permeia o contexto cultural, sendo inclusive a maternidade influenciada pelo patriarcalismo, que altera suas características de acordo com os interesses da sociedade em seu tempo histórico.

**Palavras-chave:** Papéis sociais; Patriarcado; Maternidade.

## ABSTRACT

The present study aims to reflect on the issues that involve motherhood as the execution of a social function delegated to women, through the social conventions established within the scope of patriarchy, which uses the symbolic domination invoked by Bourdieu, to understand the gender issues in this process. The theoretical framework used is based on studies by Badinter, Bourdieu, Lerner, Louro and Saffioti. The methodology used is configured as qualitative, bibliographical, and descriptive research. The results found point to the existing importance in the construction of social roles marked by male symbolic domination, which guide relationships in patriarchal society, in a scenario in which men have power. This fact permeates the cultural context, including motherhood influenced by patriarchy, which changes its characteristics according to the interests of society in its historical time.

**Keywords:** Social roles. patriarchy. Maternity.

## INTRODUÇÃO

A maternidade é uma atribuição que a sociedade patriarcal costuma cobrar das mulheres, como se todas se sentissem realizadas ao se tornarem mãe. Tal fato não é verdadeiro, pois muitas mulheres não que-

rem ter filhos ou se sentem pressionadas para tê-los, mesmo contra a própria vontade. Assim, é importante refletir sobre essas questões, a partir da teoria de Bourdieu, para perceber como o contexto social determina os padrões que são aceitos por determinados contextos culturais.

Dessa forma, este estudo buscou inicial-

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Faculdade de Educação. Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia pela UFMS, Campus de Naviraí (CPNV). Professora da Educação Básica. Iguatemi-MS.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Docente do curso de Pedagogia do Campus de Naviraí (CPNV/UFMS), Naviraí-MS.

mente refletir sobre a execução de papéis sociais ditados para homens e mulheres em nossa sociedade e para isso foram utilizados fragmentos da obra de Bourdieu, para esclarecer sobre o poder simbólico, que ocorre de modo invisível e afeta as relações sociais de homens e mulheres.

Foi abordado, inclusive, sobre como estes papéis são afetados pelo patriarcado, diante do fato de que em sociedades patriarcais os homens são aqueles que executam papéis dominantes e as mulheres devem ser suas subordinadas. Nesse cenário, inicialmente elas são ensinadas a obedecer aos seus pais, para em seguida obedecerem aos seus maridos e gerarem filhos para eles, garantindo assim a continuidade da sua geração.

Realizamos ainda um pequeno panorama sobre as mudanças ocorridas na concepção de maternidade, que primeiramente foi marcada pela negligência de mães (e dos pais) deixando o cuidado de seus filhos sob responsabilidades das amas de leite e posteriormente uma súbita preocupação da sociedade para que as crianças fossem melhor acolhidas pelas mães, sentidos que foram diretamente afetados pelo patriarcado.

Pensar essas questões e como elas afetam os papéis sociais desempenhados pelas mulheres na atualidade é importante para compreendermos as cobranças que elas sofrem ao desempenharem os cuidados diários com seus filhos, inclusive no âmbito da educação formal e informal.

Para a realização do estudo, buscamos estabelecer algumas aproximações com as ideias Bourdieu, com ênfase para a construção de papéis sociais e do poder simbólico. Também analisamos a questão do patriarcado e da maternidade, pois o patriarcalismo lança sobre a mulher a obrigação da maternidade, como se as mulheres fossem as únicas responsáveis pelos cuidados e educação dos filhos.

Como metodologia para este estudo, nos referenciamos em Gil (2002) para elaborar uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, de natureza descritiva, a fim de analisar alguns aspectos discutidos neste artigo, como a ideia de “amor materno” e as noções de “poder simbólico” de Bourdieu (1989).

Posto isso, destacamos que a pesquisa teve o objetivo de refletir sobre as questões que envolvem a maternidade enquanto execução de uma função social delegada a mulher, por meio

das convenções sociais estabelecidas no âmbito do patriarcado, que se utiliza da dominação simbólica invocada por Bourdieu, para entender as questões de gênero neste processo.

## A FUNÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

O patriarcado se tornou, ao longo do tempo, um símbolo de controle social das mulheres e então destacamos a importância dada por Bourdieu (1989) na construção do poder simbólico que é exercido em nossa sociedade, como modo de controle social dos indivíduos, mediando atos e ações na estrutura social.

Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados [...] O símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração, “moral” (Bourdieu, 1989, p. 9-10).

Assim, ao pensarmos nesses símbolos sociais construídos, conseguimos compreender a dinâmica que levou a mulher ao lugar que ocupou e ocupa nesta sociedade patriarcal, pois são acontecimento e variações culturais que constituem os papéis sociais.

Pensando neste papel social construído sobre os corpos femininos, podemos refletir sobre a sobrecarga de trabalhos destinada à **mulher**, pois além do trabalho realizado na esfera pública, ainda há os afazeres domésticos intermináveis e que não lhe dão nenhum reconhecimento. Além disso, a mulher ainda necessita destinar cuidados ao ato de matinar, precisa acompanhar a educação informal de seus filhos e a educação formal, e se ela **não “der conta”**, será considerada uma mãe ruim.

Logo, pensar nos sistemas simbólicos narrados por Bourdieu e na concepção de funções sociais exercidas por eles em nossa sociedade é importante para entender o local que homens e mulheres acabam por ocupar em diferentes espaços. Nesse sentido, Valle (2013) considera que o esforço de Bourdieu para pensar as diversas instituições auxilia o entendimento sobre a dominação e a reprodução social de costumes e tradições e destaca que é preciso:

Aprender a pensar a dinâmica dos diferen-

tes espaços sociais (indivíduo/sociedade, micro/macro, estruturas estruturadas/ estruturas estruturantes), geralmente antagônicos, exige escapar do dualismo sujeito/objeto e da oposição entre interioridade e exterioridade. Isso supõe raciocinar não mais em termos de individualidades ligadas, interligadas, sobrepostas ou justapostas umas às outras, mas em termos de conexões variáveis e relacionais, marcadas por estratégias complexas de dominação e de reprodução social (Valle, 2013, p. 416).

Para compreendermos as imposições da sociedade relacionadas a construção de papéis sociais, destacamos que, de acordo com Bourdieu (1989), não há acaso e sim estratégias pensadas sobre quais funções a pessoa se ocupa. Por conseguinte, a mulher que ocupa o local de excelência dentro da maternidade, não está ali por acaso e sim por convenções sociais que foram instituídas durante a história diante das necessidades dos indivíduos dominantes. Sendo assim, para melhor compreender a maternidade, primeiramente é preciso observar o patriarcado que relega para a mulher este espaço.

## O PATRIARCADO

Nesse momento faremos algumas reflexões sobre o patriarcado, que constitui uma sociedade de mulheres que são subordinadas cotidianamente aos homens e suas normas sociais, sendo elas primeiramente obedientes aos pais, para que posteriormente se tornem subordinadas aos seus maridos e a toda uma sociedade, onde o patriarcado perpassa as diversas instituições sociais e as coage à obediência.

Com base em tais proposições, Lerner (2019, p. 26) enfatiza que “Existe uma chantagem emocional de perda de afeto da parte dos homens às mulheres que se rebelam. Quantas meninas já não ouviram que ‘papai não gosta’ de garotas insubordinadas? No patriarcado, a rebeldia é tida como mau comportamento”. É possível notar que predomina na sociedade um processo de incentivo a mulher à obediência e ao internalizar tais ideias, esta mulher estará inclinada sempre a cumprir os papéis orientados a ela (Lerner, 2019, p. 26).

Vale ressaltar, por exemplo, a dedicação da mulher ao trabalho doméstico e então podemos entender que este foi instituído por meio do patriarcado, como sendo uma função feminina. Ao mesmo tempo, este trabalho foi estabelecido como inferior, sem reconhecimento social e desvalorizado, uma vez que:

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta (Lerner, 2019, p. 25).

Podemos inferir que foi por meio do patriarcado que a dominação masculina se estabeleceu e que as atividades consideradas inferiores foram destinadas as mulheres, como o trabalho doméstico, que não possui grande relevância social e não tem a valorização pública e financeira. Enquanto que os homens desempenham atividades em esfera pública, com notoriedade, maior reconhecimento social e remuneração mais elevada.

Nesse sentido, Louro (1997) considera que durante muito tempo a mulher e suas funções sociais foram invisibilizadas na sociedade, pois ao homem **é destinado** o ambiente público, sendo este seu lugar por excelência, enquanto à mulher ficou restrita ao lar, o ambiente doméstico é o seu espaço. A autora ressalta que mesmo quando a mulher passa a ocupar outros espaços, ela fica à mercê da observação de outros homens.

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o «verdadeiro» universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres [...] Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, «de apoio», de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observadas (Louro, 1997, p. 17).

Louro (1997) ainda nos faz refletir sobre o lugar que a mulher ocupou e ocupa em nossa sociedade, por afirmar que quando esta mulher rompe as barreiras do lar e do espaço privado, ela continua sendo observada, sem conseguir ocupar um lugar de notoriedade, de autonomia e de poder, não possuindo assim o destaque e o reconhecimento social.

Nesta perspectiva, Saffioti (2001) compreende que em casos em que a mulher possui qualidades superiores **às** do marido, ela deve

desempenhar seu um papel mantendo descrição sobre suas virtudes, estando à sombra dos feitos e das habilidades de seu companheiro, fingindo que o homem é que toma as decisões diversas de seu lar.

Quando se diz que “a mulher consegue tudo do marido se for habilidosa, se souber usar do jeitinho”, na verdade, está-se afirmando que a mulher deve sempre ficar na sombra. Se for mais culta que o marido, deve calar-se em público, a fim de não humilhá-lo. Se tiver, porventura, um salário superior ao dele, deve manter o fato em segredo, pois seria inadmissível rebaixar o marido, que é, inclusive legalmente, o chefe da família. Se for segura de si e de suas convicções, deve fingir hesitação, de modo a deixar parecer que as decisões são tomadas por ele (Saffioti, 2011, p. 37).

Saffioti (2011) nos remete a esta mulher “habilidosa” que se utiliza de certo jeitinho para se relacionar com seu marido de maneira amistosa, mesmo quando são elas que tomam as decisões, pois isto só pode acontecer no ambiente privado, já que nos espaços públicos se deve convencionar aquilo já proposto socialmente. Logo, ela deve assumir seu papel social lhe atribuído historicamente.

Na sequência, refletiremos sobre os aspectos que envolvem a maternidade, para perceber que a sociedade exerce grande influência, especialmente porque tem interesse que as mulheres continuem a desempenhar a função materna, em nome de um suposto avanço social.

## A MATERNIDADE NA HISTÓRIA

Ao pensar no patriarcado e como ele afeta as funções que mulher ocupa em nossa sociedade, podemos refletir que este mesmo patriarcado interfere na forma como a maternidade é percebida e vivenciada em nossa cultura, desde os primórdios. Dessa forma, quando nos propomos a pensar sobre a situação da mulher no momento atual, e principalmente como ela lida com a educação de seus filhos, devemos pensar sobre como a maternidade foi construída e imposta a essa mulher, como é destacado por Badinter (1985), em sua obra “Um amor conquistado”.

É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra

e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. Em um ou outro caso, seu comportamento se modifica em relação ao filho e ao esposo. Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe (Badinter, 1985, p. 26).

Nesse contexto, entendemos que é necessário refletir sobre os diferentes momentos da história e os diferentes acontecimentos e interesses da sociedade, assim a criança acaba por exercer um papel fundamental nesse processo, fazendo com que a mulher desenvolva funções diferentes, em um momento mais autônoma e distante da maternidade em outros, extremamente à mercê deste papel e destes cuidados.

A autora relata sobre um momento anterior em que os cuidados com a maternidade e a paternidade não eram exercidos e assim que nascia o bebê era entregue a amas de leite que deveriam os alimentar e cuidar até que ficassem mais velhos e nesse momento os pais praticamente abandonavam o filho a própria sorte.

Badinter (1985) reforça que, com o passar do tempo, foi possível perceber que essas crianças acabavam morrendo pela negligência das amas e mesmo assim os pais e mães **não tinham** a preocupação de entrar em contato para saber de seus filhos e, caso esses morressem, **não investigavam sua morte e nem demonstravam sofrimento**, esses fatos aconteciam principalmente nas classes abastadas.

Nessa época, é inútil falar de amor materno nas classes abastadas. Pode-se, no máximo, evocar um senso do dever, em conformidade com os valores dominantes e próprios aos dos pais. Para a maioria deles, o dever consiste em suportar esses fardos divinos, cuja vinda era muito mal controlada. Pois embora no final do século XVIII os casais começassem a praticar uma certa forma de contracepção, a divina surpresa permanece mais frequente do que se teriam desejado. Quando o filho nasce, não resta senão confiar na sábia natureza, que selecionará os melhores. O mínimo que se pode dizer é que a mãe não faz grande coisa para resistir à natureza, ou seja, no caso, para ajudar o bebê a lutar contra os imprevistos. Somos mesmo tentados a ver, nessa não interferência indolente, uma espécie de substituto inconsciente do nosso aborto. A assustadora mortalidade infantil no século XVIII é o mais gritante testemunho disso (Badinter, 1985, p.137).

O que se pretendia de fato era respeitar

a seleção natural, a fim de manter vivo o indivíduo que futuramente poderia trazer alguma forma de benefícios para sua família e para a sociedade. Consequentemente, a mortalidade de crianças era exorbitante, mas as pessoas **não ficavam** comovida com tal realidade, que era entendida como um fenômeno natural.

Outro aspecto importante é que, nesse período, por volta do Século XVIII, a dedicação à prole e à amamentação era malvista pela sociedade e o ato de não amamentar, para as mulheres de alta classe, era entendido como “uma marca de distinção para as demais. Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (Badinter, 1985, p. 96). Nesse cenário, a autora afirma que:

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra “ridícula” retorna com frequência nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher “vaca leiteira”, é um gesto despuadorado. Essa razão não é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido (Badinter, 1985, p. 97).

A forma de cuidado dispensado anteriormente às crianças é estranha para a sociedade atual, pois no Século XXI é difícil imaginar uma mulher que não cuide e não amamente seu filho, visto que tais aspectos são impostos como se fossem obrigações que devem ser desempenhadas por todas as mulheres. Ou seja, a cultura ocidental industrializada da atualidade espera que todas as mulheres se sintam realizadas com a maternidade e que todas se dediquem incondicionalmente aos cuidados dos filhos, incluindo à amamentação, mas tais exigências têm origens culturais e não naturais.

Ademais, cabe a nós problematizar a noção de maternidade do Século XVIII, pois biologicamente a mãe e o filho existiam, mas o modo como eles se relacionavam era diferente, evidenciando que a ideia de que a mãe sempre cuidou de seus filhos com amor e dedicação é equivocada.

Havia, contudo, algumas situações em que esse “amor” era percebido, no entanto era uma espécie de “amor seletivo” geralmente desti-

nado ao filho primogênito, pois ele era o herdeiro principal das posses da família. Então, cabia à **mãe** agradá-lo, pois quando seu esposo falecesse era este filho que deveria assumir as responsabilidades da casa e assim este primogênito tinha direito a ser criado próximo a mãe, que em algumas situações até o amamentava.

Este era ainda mais obediente do que os outros, na medida em que podia temer a possibilidade de ser deserdado em favor de um irmão mais novo e mais dócil. Mas, por outro lado, segundo numerosos documentos consultados por Castan, o primogênito parece ter a preferência afetiva dos pais. Assim, a mãe, em lugar de dividir igualmente seu amor entre os filhos, ou mesmo privilegiar os mais novos com maior ternura, para compensar sua futura miséria, acredita dever educá-los mais rigorosamente, para prepará-los, ao que dizem, para as durezas de sua sorte (Badinter, 1985, p. 92).

Pensar em cuidados maternos nesse período era saber que eles deveriam ser destinados ao primogênito, a fim de que este filho pudesse garantir alguma forma de segurança à sua mãe, na possível ausência do pai. Quanto aos filhos caçulas, os meninos eram enviados para as amas, logo ao nascer, e quando cresciam, o futuro lhes reservava dois caminhos apenas: ou servir ao país ou à batina. Portanto, apenas aqueles filhos de família mais abastadas é que conseguiam casar-se com facilidade (Badinter, 1985).

Há algumas histórias relatadas sobre o problema vivenciado pelas famílias ao priorizar o filho mais velho e negligenciar os mais novos. Um exemplo é caso em que o o primogênito falece e ao procurar um dos mais novos com as amas, este filho estava mutilado e sem condições de cumprir seu papel, o que era comum naquele momento em que o nível de mortalidade infantil era altíssimo em decorrências das negligências vivenciadas nos primeiros anos de vida.

Por outro lado, o futuro que esperava as meninas não era dos melhores, pois “Toda filha custará um dote a seu pai, sem nada lhe trazer, a não ser algumas alianças ou a amizade de seu vizinho. Pouca coisa, afinal de contas, se consideramos que alianças e amizades se rompem ao sabor dos interesses”. Nesse cenário, ter uma filha não era considerado vantagem de modo algum, pois teria que haver investimentos para que ela se casasse, tendo em que vista que, quando **não era possível casá-la**, a família deveria deixá-la como “criada” em casa ou

enviá-la à casa de outras pessoas para trabalhar. Devido a este problema em ter uma filha mulher, os bebês do gênero feminino não recebiam os cuidados maternos, num contexto em que “realmente a filha não é um bom negócio para os pais, e nenhuma cumplicidade parece aproximá-la da mãe” (Badinter, 1985, p. 91).

É possível notar que a noção de amor materno como vemos atualmente não é uma ideia que sempre existiu, mas que surge após este período de intensa negligência em relação a vida das crianças. Assim, ao entregarem os filhos para as amas de leite, as famílias em geral não tinham condições de escolher uma boa ama e, em muitos casos, as amas viviam em situações insalubres e tinham que trabalhar para cuidar de seus filhos e da nova criança. Em diversas ocasiões, as crianças voltavam para casa de seus pais com sequelas, isso quando voltavam (Badinter, 1985).

Destarte, era de se esperar que a necessidade de se ter trabalhadores, para o mercado em expansão, faria surgir uma “preocupação” do estado em relação aos cuidados durante a infância, entendendo que “[...] o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade” (Badinter, 1985, p. 145). A fim de levar às famílias à nova postura de priorizar os cuidados infantis, foi necessário convencer a população, especialmente as mulheres, dando início à efetivação do mito do amor materno.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 145).

É no contexto de um mercado em expansão, que precisava de mão de obra para trabalhar, que inicia o processo de construção da noção de “mãe” que temos atualmente, tratando-se, portanto, de uma construção cultural e não de um suposto “instinto materno” visto como natural.

Para se chegar ao convencimento que existe na atualidade, sobre a dedicação materna no atendimento às necessidades das crianças, foi inculcada a ideia de que era preciso que

as mulheres cuidassem de seus filhos desde pequenos, pois era no primeiro ano de vida que grande parte das crianças faleciam. Logo, era preciso “orientar” e convencer as mães no sentido de amamentar os seus filhos, a fim de se ter a certeza de que elas ficariam próximas e que cuidariam muito bem das crianças desde o nascimento.

É possível afirmar que o incentivo à amamentação foi uma forma de atender a necessidade da sociedade patriarcal, que precisava se preocupar com a sobrevivência das crianças, pois elas representavam a mão de obra que contribuiria com o processo de industrialização. Nesse processo, ao homem não foi dada nenhuma função em relação aos cuidados infantis, enquanto que, para a mulher, foi atribuída a responsabilidade de cuidar e amar os filhos incondicionalmente, apesar de que:

Igualmente nova é a associação das duas palavras, “amor” e “materno”, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade... (Badinter, 1985, p. 146).

Há nesse processo um entendimento de que não é necessário haver a dedicação paterna no processo de criação e cuidados dos filhos, o que para ele é muito conveniente e interessante, já que o homem não precisa se preocupar com as “chateações” relacionadas a criação de uma criança, podendo se ocupar daquilo que se naturalizou como sua “função”, o espaço público (Louro, 1997).

Faz-se necessário, contudo, problematizar este acontecimento, pois “Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história” (Saffioti, 2001, p. 11). Entretanto, é preciso considerar que:

[...] essa eterna oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela mesma lógica, outros pares de conceitos, como “produção-reprodução”, “público-privado”, “razão-sentimento”, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico (Louro, 1997, p. 32).

Evidencia-se que existe toda a construção social realizada sobre a diferenciação de espa-

ços públicos e privados, sendo possível perceber que estes traços dicotômicos da sociedade indicam um binarismo em que o masculino é o dominante e o feminino é o dominado.

Na prática, cabe a visibilidade de espaços públicos ao homem, pois enquanto a mulher fica em casa amamentando e cuidando dos filhos, o homem passa boa parte do tempo em espaços **públicos**, para trabalhar e desempenhar funções de destaque e reconhecimento social.

Nessa perspectiva, há historicamente uma legitimação dos espaços destinados a homens e mulheres e, nesse momento, predomina a ideia de as mulheres devem ser “boas mães”, para assim cumpriram o seu papel e se sentiram realizadas. “Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania” (Badinter, 1985, p. 147), ou seja, se constrói a noção de que é preciso a mulher se tornar indispensáveis para seus filhos e obedientes ao seu marido para assim obter notoriedade e reconhecimento social.

Ainda na sociedade atual podemos perceber a busca, mesmo que inconsciente, das mulheres em servir seus filhos e a seus maridos, a ponto de se desdobrarem para cumprir as funções domésticas e cuidar de todos os assuntos relacionados a casa.

Percebemos então que esta necessidade de servir e se sentir útil está fundamentada neste passado em que a sociedade estabeleceu que os cuidados infantis deveriam ser intensificados e que a responsável por tais cuidados seria a mãe. Assim, esta mulher e mãe poderia se sentir realizada e ainda obteria a notoriedade e a aprovação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, chegamos a algumas considerações acerca da construção da maternidade enquanto uma função social, a qual foi relegada a mulher durante a história, observando que a maternidade é construída enquanto papel social, sofrendo a influência do patriarcado, que consiste no poder social pertencer ao homem.

Nesse sentido, inicialmente refletimos sobre a noção de papel social em Bourdieu (1997), sobre o poder simbólico e como estes conceitos envolvem as relações de homens e mulheres estando o homem em situação de vantagem na sociedade e estando a mulher a

mercê de seus desejos.

Posteriormente, abordamos sobre o patriarcado, caracterizado por um contexto cultural em que o homem é o dominante, é aquele que rege as normas sociais e as regras institucionais que determinam o que as mulheres podem ou não fazer.

Em seguida, analisamos a questão da construção social da maternidade, que foi muito influenciada pelas necessidades e interesses da sociedade patriarcal, a qual em alguns momentos concordava com a negligência em relação às crianças pequenas, em nome dos bons costumes, e em outros momentos passou a exigir que as mulheres cuidassem de maneira mais efetiva de seus filhos.

Por fim, observamos que a constituição de papéis sociais varia de acordo com o tempo e o espaço em que se constitui. Ou seja, a maternidade se envereda por diversas mudanças e a ideia de “amor” materno que vemos atualmente é resultado de um processo histórico e cultural, não sendo, portanto, um aspecto inato às mulheres, e sim um anseio do contexto social em que estas mulheres encontram-se inseridas.

Com a realização da pesquisa, constatamos que a mulher era e continua sendo influenciada por construções sociais patriarcais, sobretudo quando se trata das questões inerentes à maternidade e da ideia equivocada de “amor materno”, que são plano de fundo para garantir uma maior condição de natalidade e, por conseguinte, o aumento da mão de obra barata para a sociedade industrial nascente.

Cabe salientar que não se pretendeu, com esse estudo, esgotar a temática e, portanto, a discussão não se esvazia aqui. Entendemos que é necessário haver a realização de outros estudos que possam refletir sobre a sociedade patriarcal e suas normas invisíveis que aprisionam, como é o caso das imposições sobre a maternidade, que são resultado de construções históricas e culturais.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/127560/Badinter%2C+Elisabeth+O+Mito+do+Amor+Materno.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>. Acesso em 20 de julho de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes\\_de\\_genero/safiotti\\_heleieth\\_-\\_o\\_poder\\_do\\_macho.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2021

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download/8090/7844>. Acesso em 15 de julho de 2021.